



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA BAHIA

PROCESSO Nº 21012.005412/2018-12

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
06/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA
AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA
BAHIA – SFA/BA E A EMPRESA TICKET SOLUÇÕES HDFGT
S/A.

A União, por intermédio do(a) **Superintendência Federal de Agricultura na Bahia**, com sede no(a) largo dos aflitos, ed. Ceres s/n, na cidade de Salvador /Estado BA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.396.968.95/0024-11, neste ato representada pelo Superintendente **PAULO EMÍLIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES**, nomeado(a) pela Portaria nº1.726, de 24 de abril de 2019, publicada no *DOU* de 26 de abril de 2019, inscrito(a) no CPF nº 482.958.505-63, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0292402201 SSP/BA, doravante denominada CONTRATANTE, e a **Ticket Soluções HDFGT S/A** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº03.506.307/0001-57, sediado(a) na rua Machado de Assis, 50 – Edifício 2 – Bairro Santa Lúcia, CEP 93700-000, Campo Bom, em Rio Grande do Sul - RS doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **LUCIANO RODRIGO WEIAND**, portador da Carteira de Identidade nº 3027063209, expedida pela (o) SJTC/II RS e CPF nº 952.835.520-04, e pelo(a) Sr. **DIEGO DA SILVA GONÇALVES**, portador da Carteira de Identidade nº 1083552578, expedida pela (o) SJS/RS e CPF nº 007.845.770-05 tendo em vista o que consta no Processo nº 21012.005412/2018-12 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 05/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via Internet, de gestão de frota com a aquisição de combustíveis, através da tecnologia de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, para os veículos automotores relativos ao abastecimento da frota própria, bem como outros que vierem a serem incorporados à frota da contratante, na vigência do contrato, visando atender às necessidades da Superintendência Federal de Agricultura na Bahia – SFA/BA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Os preços dos combustíveis cobrados na rede credenciada, para pagamento através do cartão, serão os preços de bomba praticados à vista no ato do abastecimento.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA BAHIA

1.4. Objeto da contratação:

Item	Especificações	Unidade	CÓDIGO CATMAT	Quantidade Anual	VALOR ESTIMADO		VALOR DA PROPOSTA	
					Valor Unitário	Valor Total ANUAL (RS)	Valor Unitário	Valor Total ANUAL (RS)
01	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - Percentual de cobrança referente a taxa de administração pelos serviços prestados, aplicados sobre o valor global do consumo.	SERVIÇO	25372	1	2,0%	6.911,54	- 3,02%	- 10.436,64
02	Álcool (Etanol)	LITRO	47627	804	3,58	2.878,32	RS 3,47	2.791,39
03	Gasolina	LITRO	16950	40.500	4,71	190.755,00	RS 4,56	184.994,00
04	Óleo Diesel	LITRO	16993	39.672	3,83	151.943,56	RS 3,71	147.355,05
VALOR TOTAL ITENS 02 A 04					TOTAL	345.577,08	TOTAL	335.140,44
VALOR GLOBAL DO CONTRATO								335.140,44

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 12/09/2019 e encerramento em 12/09/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 27.928,37 (vinte e sete mil novecentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 335.140,44 (trezentos e trinta e cinco mil cento e quarenta reais e quarenta e quatro centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA BAHIA

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/130029

Fonte: 0100000000/0150013038/0174013032

Programa de Trabalho: 086220/086289/ 107978/107980/107983/107992/107994/ 107994/
107998/108008/108033/137867/137868/ 137868/137876/137880/ 137881/160290/ 160291/160292/
162600/ 162602/ 162603

Elemento de Despesa: 339030

PI: OPERASFAS/OPERASDI/CAPACITA/INDIGRAFIC/SUASASDA/GERENSUASA/
ATERRURAL/FISSCON/VIGIAGROS/PROORGANICO/CADEIAPEC/VIGIFIAS/IPOANIMAL/INS
PLACCLASS/VIGIAGRIC/PCEDANIMAL/ERRADAFTOSA/VICORGENE/VEGETAIS/OPERAPAA/
OPERASAP/FISCALI/GENETIC/FISCMED

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços dos combustíveis variam em conformidade com a oscilação média do mercado, aferido pelo preço médio disponibilizado pela ANP – Agência Nacional de Petróleo.

6.2. A taxa percentual de gerenciamento contratada é fixa e irrevogável.

6.3. O percentual de desconto ofertado a título de monitoramento da frota, cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados por cada cartão magnético durante toda a vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia (5% cinco por cento do valor do contrato) na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA BAHIA

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NA BAHIA

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Bahia - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Salvador/BA, 12 de setembro de 2019


PAULO EMÍLIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES
SUPERINTENDENTE DA SFA/BA


Leidiane Caroline Ongarato
CPF 018.657.630-71


LUCIANO RODRIGO WEIAND
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.


DIEGO DA SILVA GONÇALVES
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.

TESTEMUNHAS:


1. **CELSON SANTOS BOMFIM**
RG 0248978250 SSP-BA

2.



27º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO



1º TRASLADO
LIVRO 2487 - PAG. 267/268

PROCURAÇÃO QUE FAZ: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.-

Aos sete (7) dias do mês de agosto ano de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, em o prédio nº 7.815, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, perante mim, escrevente, compareceu como outorgante: **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.** anteriormente denominada **EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S.A.**, com sede na Rua Machado de Assis, 50, Prédio 2, Santa Lucia, Campo Bom, Estado do Rio de Grande do Sul - CEP: 93700-000, inscrita no **CNPJ/MF** sob nº **03.506.307/0001-57**, com seu estatuto social aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2019, registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JUCISRS, sob nº 5006366, e sua Ficha Simplificada emitida pela JUCISRS em 4 de junho de 2019, os quais ficam arquivados nestas notas na pasta 346, sob nº 32.908, representada nos termos do **artigo 14 parágrafos 2º e 3º**, de seu estatuto social por seu **Diretor Vice Presidente: Eduardo Fleck Diefenthaeler**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG 1.070.033.509-SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 000.570.130-98, residente e domiciliado na Rua Libero Balaró 501, apartamento 601, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; e seu **Diretor Financeiro: Gilles Attolini**, francês, casado, contador, portador da cédula de identidade RNE G097843-T-CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob nº 234.496.608-02, com endereço comercial nesta Capital, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre II, 7º andar, Pinheiros, eleitos pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de abril de 2019, registrada JUCISRS, sob nº 5019725, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 346, sob nº 32.909. A presente foi identificada por mim escrevente, através dos documentos acima mencionados e a mim exibidos no original, do que dou fé. Pela outorgante, na forma representada, me foi dito que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus procuradores: **1) DIEGO DA SILVA GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, maior, contador, portador da cédula de identidade RG 1083552578-SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 007.845.770-05, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas, 1210, apartamento 118, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio de Grande do Sul; **2) DIEGO OSCAR CAMUSSO**, argentino, casado, contador, portador da carteira nacional de habilitação, expedida pelo Detran/RS, sob registro nº 00513278909 (onde consta o RNE V040770-C-RNE/PF EX), inscrito no CPF/MF sob nº 801.044.440-53, com endereço comercial na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre II, 7º andar, Pinheiros; **3) DIEGO VITÓRIA DE MORAIS**, brasileiro, solteiro, maior, gestor financeiro, portador da cédula de identidade RG 2086252737-SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 007.275.350-13, residente e domiciliado na Rua Heitor Kramer, 48, Guarujá, Porto Alegre, Estado do Rio de Grande do Sul; **4) DOUGLAS ALMEIDA PINA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG M3:981.272-SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 582.074.816-68, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Camilo Nader, 180, apartamento 22, Vila Morumbi; **5) LEIDIANE CAROLINE ONGARATTO**, brasileira, solteira, maior, coordenadora, portadora da cédula de identidade RG 1081572594-SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 018.657.630-71, residente e domiciliada na Rua Dona Laura, 377/303, Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio de Grande do Sul; e **6) LUCIANO RODRIGO WEIAND**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG 3.027.063.209-SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 952.835.520-04, residente e domiciliado em Porto Alegre, Estado do Rio de Grande do Sul, com endereço profissional na Rua Dezoito de Novembro nº 273, 6º andar, Navegantes, Porto Alegre, Estado do Rio de Grande do Sul; **aos quais confere poderes para, sempre em conjunto de dois (2) procuradores, ou um (1) deles em conjunto com um (1) Diretor estatutário da outorgante, possam: (i) representá-la perante qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, Sistema S, Entidades Sem Fins Lucrativos, Fundações e Empresas Públicas e Privadas, em todo território nacional, em qualquer processo administrativo de licitação pública, por qualquer modalidade, dispensa de licitações e/ou modalidade**

Av São Luis 59 Republica - São Paulo - SP
Fone: 11-3124-5000 Fax: 11-3124-5029



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

de negociações privadas (RFP "request for proposal"), podendo prestar informações e declarações necessárias, oferecer impugnações sobre a participação de outras empresas quanto à documentação, qualidade dos serviços, preços e outros assuntos, apresentar recursos, desistir do exercício dos mesmos, firmar todo e qualquer documento ou requerimento, inclusive firmar propostas e declarações de qualquer natureza podendo, inclusive, apresentar ofertas ou lances eletrônicos, verbais e escritos nas licitações em qualquer modalidade concordar, discordar, discutir, debater, questionar, reservando-se a assinatura de qualquer contrato com a administração pública por procuradores especialmente constituídos para este fim; (ii) assinar contratos e aditivos de prestação de serviços com órgãos públicos da administração direta e indireta, relativos ao sistema de negócios de frota e outros serviços, desde que guardem relação com o objeto social da outorgante; (iii) assinar recibos, dando quitações de recebimentos relativos às Notas Fiscais de Serviços da outorgante, inclusive junto as repartições públicas da administração pública direta e indireta; (iv) nomear prepostos para representá-la perante os órgãos da administração pública federal, federal, estadual, municipal, direta ou indireta, incluindo mas não se limitando a, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal - CEF, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de qualquer Unidade Federativa, Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Prefeituras Municipais, Delegacias Regionais do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria da Saúde Pública dos Estados e dos Municípios e quaisquer outras, em qualquer assunto de seu interesse, enfim, tudo o mais praticar e assinar para o fiel e cabal desempenho do presente mandato, **não podendo substabelecer. A presente terá validade de 7 de agosto de 2019 a 7 de agosto de 2020.** De como assim disse, do que dou fé, me pediu e lhe lavrei este instrumento, que depois de lido em voz alta e clara, foi achado em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. - Emolumentos: R\$269,90; Estado: R\$76,70; Secretaria da Fazenda: R\$52,48; Registro Civil: R\$14,20; Tribunal de Justiça: R\$18,52; Santa Casa: R\$2,70; Imposto ao Município: R\$5,76; Ministério Público: R\$12,96; Total: R\$453,22. Guia nº 32/2019. - Eu, **LUIS CARLOS FERREIRA**, escrevente, a lavrei. - Eu, **LUIS CLAUDIO CARDOSO BARBARA**, Substituto, a subscrevi. (a.a.) // **EDUARDO FLECK DIFENTHAELER** // **GILLES ATTOLINI** // (SELADA). Nada Mais. Traslada em seguida. O presente traslado é cópia fiel do ato notarial lavrado no livro 2487, páginas 267/268, dou fé. Eu, **LUIS CLAUDIO CARDOSO BARBARA**, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público é raso.

24072287

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

LUIS CLAUDIO CARDOSO BARBARA
Substituto



<< A U T E N T I C A Ç Ã O >>
Autentico a presente cópia, verso e anverso, que
confero com o documento original. Dou fé.
Porto Alegre, 24 de setembro de 2019.
R\$9,80 - SELC: 0459.01.1900006.3583135632 (R\$2,80)
Luis Paulo Palentir - Escrevente Autenticado



1123591PR1040024870267191

LIVRO: 2487
FOLHA: 267
DATA: 07/08/2019
ID: 155806
tjsp.jus.br